

L1

AFRÂNIO COUTINHO

TRADIÇÃO E FUTURO  
DO  
COLÉGIO PEDRO II



Rio de Janeiro  
COLÉGIO PEDRO II

1961

COLÉGIO PEDRO



LADAH  
Laboratório de Digitalização  
do Acervo Histórico

AFRÂNIO COUTINHO

TRADIÇÃO E FUTURO  
DO  
COLÉGIO PEDRO II

*Ao caro Ronai,*

★ *cordialmente,*

*Afrânio Coutinho*

Rio de Janeiro  
COLÉGIO PEDRO II  
1961

COLÉGIO PEDRO II

LADAH  
Laboratório de Digitalização  
do Arquivo Histórico

**AULA MAGNA DE 1961,**

proferida pelo professor catedrático  
Afrânio Coutinho, em sessão solene  
no dia 24 de março de 1961.

**LADAH**

Laboratório de Digitalização  
do Acervo Histórico

EM 1873, ao findar o ano letivo no Colégio Pedro II, entre os bacharelandos que deveriam colar grau, figurava um jovem que fizera um curso brilhante e viria a ter enorme papel na história intelectual do país: Raimundo Teixeira Mendes. Estudara no Internato como aluno gratuito e, no instante de prestar o juramento de estilo, recusou-se a fazê-lo por discordar dos seus termos. Rezava o compromisso que o bacharelando se obrigava a “manter a religião do Estado, obedecer e respeitar ao imperador e às instituições vigentes, concorrendo quanto possível para a prosperidade do Império”. O futuro chefe do positivismo no Brasil, já a êsse tempo impregnado das idéias novas que varriam o país, concorrendo para o surto de progresso intelectual e material que marcou a segunda metade do século XIX, confessou mais tarde que foi no 7.º ano do Colégio que sentiu “a ruína das minhas crenças teológicas”, ao mesmo tempo que compreendia “o antagonismo entre a Igreja Católica e as minhas aspirações republicanas, o fator preponderante de minha emancipação intelectual”. O curioso mais a assinalar, para bem caracterizar a situação, é que, ainda na confissão de Teixeira

Mendes, aquêlê antagonismo lhe foi revelado por um livro do jesuíta Ramière, “cuja leitura me seria proporcionada pelo atual Revmo. Sr. Bispo de Mariana, então vice-reitor daquele internato”.

Nenhum fato mais significativo se poderá referir para definir o que constitui o espírito do Colégio Pedro II. Sim, esta casa tem uma alma, um espírito, argamassado através de mais de um século de sua existência de forja de mentalidades dinamizadas pela perpétua ânsia do belo e do bem e pelo idealismo sem fadigas. E êsse espírito é um misto de altivez, independência intelectual e consciência democrática. E é êsse espírito que não consente medrarem aqui a intolerância e o facciosismo político ou religioso, nem tampouco os preconceitos de classe, raça ou credo. É uma casa do Brasil, para o Brasil, dos brasileiros, para os brasileiros. Uma instituição como esta não permite que se lhe tente pisar, malbaratar o seu patrimônio moral e espiritual, amesquinhar a sua glória. Uma instituição não tem dono. Nela não se manda : governa-se. Pelo seu espírito, ela repele todos os que pretendem apossar-se dela, tentando tornar-se seus proprietários. Nem mesmo seus administradores e dirigentes, os seus altos conselhos ou o seu colegiado, se devem considerar donos dela, como um pertence doméstico. Ela não é de

ninguém, porque é uma propriedade coletiva, pertence à sociedade que a gerou, fêz crescer e nutriu. E quando uma instituição atinge a situação de ser um patrimônio da coletividade, ninguém a logra destruir.

O Colégio Pedro II é um desses casos típicos. Quem aqui recebeu a ciência e plasmou a consciência, e os que não tiveram essa dita, mas a êle se ligaram como a sua casa da maturidade, aquela que se escolhe para viver, tanto quanto a família que se constrói, todos sentimos a alma dessa instituição. Uma alma que independe de nós, que já encontramos vinda de longe, e que certamente nos ultrapassará pelos séculos em fora. Ela enche as nossas salas, habita os nossos corredores, impregna as nossas paredes. Não é feita senão de impalpáveis, de imponderáveis, de insondáveis. Não importa que a casa e as instalações sejam velhas. Tudo aqui é velho, mas é nobre. E se a casa está cada vez mais cedendo à pátina do tempo, a nobreza resiste ao tempo. A culpa não é dela, da instituição, se os governos não têm olhos para ver que uma obra dessa estirpe remunera sobejamente qualquer capital que lhe sobre dos banquetes orçamentários. É verdade que às vêzes o fogo, como um protesto horrível, vinga as instituições culturais do abandono em que são deixadas pela incúria dos governos.

O Colégio Pedro II vem devolvendo em dôbro ao país o dinheiro que nele tem sido despendido. Teve uma rentabilidade generosa o capital aqui empregado.

É que não se poderá, nem por sombra, minimizar o papel que o Colégio Pedro II representou e representa na educação da juventude brasileira e na vida intelectual do país.

Já não será necessário citar a quantidade de homens notáveis que o país recebeu de suas fileiras acadêmicas e que encheram os seus quadros intelectuais, políticos, administrativos. Porque talvez mais importante ainda, e mais maça, foi a sua contribuição de obreiros anônimos, dêsses homens que realmente fazem a história, porque a fazem inglòriamente, mas na constância do dia a dia, nas fábricas, nos escritórios, nos campos, no retiro de suas vidas obscuras e sem retumbância, à margem das torrentes que ocupam a primeira linha dos noticiários. Dos velhos bancos dêsse educandário, o Brasil se encheu de homens com o caráter e a competência alicerçados no alto ensinamento aqui ministrado. Tornaram-se úteis à Pátria. E isso tanto no passado quanto no presente. Três presidentes da República daqui saíram; não têm conta os seus ex-alunos que alcançaram os supremos comandos da nação,

no parlamento, nos ministérios, na diplomacia, na magistratura, na administração pública e privada, no magistério, nas empresas.

Sua congregação reuniu até hoje homens que representaram o que de mais elevado existia em cada tempo, a fina flor do saber e do magistério na época: Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Justiniano José da Rocha, Porto Alegre, Joaquim Caetano, Carlos de Laet, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Silva Ramos, Farias Brito, Sílvio Romero, Pinheiro Guimarães, José Accioli, Almeida Lisboa, Jônatas Serrano, Said Ali, Gastão Ruch, Nerval de Gouvêia, Filadelfo Azevedo, Hahnemann Guimarães, Raja Gabaglia, pai e filho, Floriano de Brito, Artur Thiré, Quintino do Vale, José Oiticica... Que maior galeria de homens ilustres na cultura e na cátedra poderá ostentar qualquer outro instituto docente ?

Não interessa mesmo averiguar se todos êsses eram bons professôres, estou mesmo propenso a crer na existência de muitos que não resistiriam à investigação. Não importa. Fio que uma congregação não reúne sempre os melhores professôres, mas é um conjunto de homens píncaros nas suas especialidades, homens representativos e produtores ou aperfeiçoadores de cultura em seu mister e em seu tempo. Nos grandes centros universitários do

mundo, o catedrático é do grupo docente o que menos dá aula. Suas aulas são poucas porém altas, prestando além disso outros serviços pela mais variada forma nos quais pode ser mais útil do que o principiante na profissão. Nada mais injusto, e é uma das aberrações do nosso arcaico sistema docente, exigir que um homem se submeta a essa prova monstruosa que aqui se chama concurso para depois obrigá-lo a ensinar o beabá a meninos, no mesmo programa e de forma idêntica à que pode fazer um simples novato contratado. Para tarefas iguais não deveria exigir-se um preparo desigual. Aqui mesmo nesta casa, à boca pequena, nos cochichos pelos cantos entre os recalçados e frustados que os há em tôda a parte, fala-se mal do catedrático, sobretudo por parte dos que não têm a coragem de se submeter à ordalha de um concurso na arena formada por essas bancadas. Estamos há anos com diversas cátedras vagas. Concursos foram abertos e fechados sem que se apresentassem candidatos. É que não é brincadeira passar por essas provas, acima de tudo testes para as coronárias e o sistema nervoso, antes que prélios de significação intelectual e valor pedagógico. Porque razão não concorrem os maldizentes? Não venham defender-se como o fazem frequentemente, arguindo o que chamam a parcialidade e as igrejinhas da congregação, por que são re-

centes os exemplos de vitoriosos contra a vontade de grupos poderosos. O que falta à maioria dos faladores é coragem de enfrentar as forças caudinas e a muitos dêles a competência para se saírem com galhardia.

Porque não é baixo o preço para se formar um catedrático. Além da vocação docente, há todo um tirocínio a cumprir, de etapa em etapa, na aquisição de uma mentalidade catedrática, na formação de uma cultura e de uma organização mental e intelectual. Há nele uma diferença não somente de grau, mas também de teor e substância, de atitude perante a coisa intelectual, de experiência e capacidade de universalização do saber. E nem todos possuem êsses requisitos para virem a tornar-se catedráticos.

O Colégio Pedro II sempre se distinguiu, insista-se, pelo alto nível de seus corpos colegiados. Ainda agora sua congregação não desmerece a tradição ilustre, pois basta um exame de sua lista para vermos que a compõem homens de proa da ciência, das letras, da vida política e administrativa do Brasil. Infelizmente, o nosso país não sabe tirar o melhor e mais completo partido dos seus homens. Enquanto exige que alguém se prepare a vida toda para a culminância da cátedra, abandona-o a executar tarefas para as quais não se justificaria tamanho esforço, é mesmo desne-

cessário e dispensioso inclusive financeiramente. Até o prêmio de ordenados mais vantajosos desapareceu.

Mereceria, sem dúvida, outro destino uma congregação que exigiu tanto de seus membros para atingi-la. Deveria ser mais bem aproveitada e ter um melhor papel e destino. E uma das funções que condiriam com a sua condição, e evitaria o desencanto que se apossa invariavelmente do catedrático ao ser obrigado às tarefas mais próprias dos iniciantes, — uma das funções que deveriam caber aos catedráticos seria o seu aproveitamento numa escola de preparo e aperfeiçoamento dos professôres jovens candidatos ou em exercício no magistério do próprio colégio. Desta maneira, a Congregação não perderia a influência nos mestres menores e assim não perderia, como está ocorrendo, o contrôle pedagógico do estabelecimento.

Porque, em verdade, a Congregação está-se isolando, tornando-se quase decorativa, pequeno corpo de 33 membros em meio a um grupo de centenas de professôres, muitos do mais alto valor, dignos até de nossas cátedras, ao lado de outros engajados por fôrça da camaradagem, da politicagem e da ausência de um sistema adequado de aquisição de professôres. Por que se fazem concursos para catedráticos, e, entretanto, para idêntica função

junto às almas infantis se admitem contratações de pessoas sem a menor prova de idoneidade intelectual e técnica? Em Minas Gerais e na Bahia, por decisão dos sábios educadores brasileiros Abgar Renault e Anísio Teixeira, como também em São Paulo, foram adotados sistemas de seleção de professores, para as crescentes necessidades estaduais, à base de concursos de títulos e provas, claro que em proporções mais modestas que o de catedráticos, mas que evidenciem aos selecionadores a capacidade profissional e vocacional dos candidatos. Além disso, outro sistema também foi aplicado para o aperfeiçoamento constante do professorado, através de cursos intensivos anuais, de férias, tais como vem realizando a Cades, do Ministério da Educação e Cultura.

Só no Pedro II, — não interessa buscar as responsabilidades, mas apenas registrar o erro —, não vigora, sem que se saiba a razão, um processo mais conveniente à sanidade do ensino do que a imposição eleitoreira. Daí que assistamos a êsse fato corriqueiro de até ditados serem feitos de maneira errônea.

O Colégio Pedro II atravessa uma fase de crise, a mais aguda e profunda de toda a sua história centenária.

E uma das causas dessa crise é a aludida perda de controle por parte da Congregação sobre o seu corpo docente e, em consequência,

sôbre a vida pedagógica do Colégio. Há um abismo entre a Congregação e o ensino do Colégio. E isso decorreu do aumento de sua população escolar, conseqüente, por sua vez, do alargamento da escolaridade que a democratização da vida moderna favoreceu. O aumento da escolaridade é uma realidade de todo o mundo, como é mundial a crise dela decorrente. A justa aspiração democrática da educação para todos acarretou por outro lado o aumento do número de professôres, que chegaram, na sua maioria, despreparados para a missão. Ao crescimento do número de alunos correspondeu, em nosso Colégio, a sua subdivisão em seções, cada qual mais populosa e mais necessitada de mestres à altura, infelizmente poucos. E assim foi-se esboroando uma estrutura tradicional, mantida pelo predomínio rígido de um corpo congregado, que hoje, por mais coeso e brilhante, se sente esmagado ante a avalanche que só faz crescer.

Que fazer ? Um estabelecimento educacional da estatura do Colégio Pedro II não pode omitir-se, fugir, desistindo de viver, amedrontado diante das novas realidades sociais. Tem que enfrentar a nova situação, reestruturando o velho organismo pedagógico e reaparelhando-se administrativa, material e pedagógica-mente. Porquanto, em qualquer situação so-

cial no Brasil, haverá sempre um lugar de destaque para que êle exerça a função relevante a que se acostumou.

E esta sempre foi uma função especial, diferente, específica. Não foi em vão que se tornou o organismo padrão, conforme o estipula a lei. O que os seus fundadores tinham em mira foi concebê-lo à imagem do Colégio de França, a fim de que viesse a exercer um papel semelhante entre nós. E não há explicação para o fato de que é dotado de uma congregação de alto nível se tem que igualar-se em atividade com os demais institutos de ensino secundário reconhecidos ou fiscalizados pelo governo. E tanto é verdade que o Pedro II não é de função igual à dos demais estabelecimentos de ensino médio, que sempre teve nos seus quadros cátedras de grego, alemão, literatura e outras disciplinas não curriculares segundo o esquema vigente. É que, sendo padrão, deve estar à altura de ministrar ensino de qualquer natureza dentro das exigências de seu corpo discente. Essa tradição universitária nos é muito cara, fazendo do Colégio algo de único na estrutura educacional do país, e somente ela justifica o alto teor dos nossos concursos.

Não estaria, aí, precisamente, o germe de uma reforma saneadora da crise que atravessa o Colégio? Para o gigantismo que o assoberba

a redução às suas proporções antigas, com o externato, o internato e talvez a mais um semi-internato, limitado o seu corpo docente e seus quadros discentes, que constituiriam um grupo seletto e superior, obrigado a um regime educacional exigente para tornar-se em realidade uma elite intelectual. Nossos ideais democráticos não vão ao ponto de pretender negar as naturais desigualdades intelectuais e vocacionais da criatura humana. Aqui estaríamos para atender a êsses melhores, mais bem dotados de capacidade intelectual e gosto por uma formação mais alta. Seria fácil a transferência das novas seções do Colégio para outros órgãos do Ministério da Educação e Cultura ou para o Estado da Guanabara.

Com essas e outras preocupações no espírito, a Congregação estudou um meio de começar a resolver o problema, encaminhando ao govêrno um projeto que, como medida inicial na tentativa de reforma e readaptação, advoga a concessão da autonomia e descentralização administrativa e didática. A aspiração se baseia na doutrina mais moderna na matéria e no exemplo mais insuspeito estrangeiro e nacional. Qual a razão da autonomia universitária no Brasil não corresponder também à autonomia do Colégio Pedro II, quando é mais funda e antiga a sua tradição? E quando sa-

bemos que as deficiências da vida universitária são devidas a não ser ainda completa a sua autonomia ?

O primeiro passo para a autonomia foi a concessão à Congregação do direito de indicar ao Govêrno em lista tríplice os seus candidatos à direção das duas casas, prerrogativa há pouco abolida.

Essa autonomia é uma norma adotada para o Colégio desde o seu preclaro fundador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, num aviso ao primeiro Reitor, estabeleceu a doutrina certa na forma seguinte: “Fique a Reitoria na inteligência de que o Regente só quer a execução de ordens quando não possam prejudicar os interêsses no Colégio ou quando a direção dêle não tenha concebido outro plano e sistema com o necessário desenvolvimento a fim de ser resolvido o mais conveniente”. E noutro passo : “O Colégio é o Reitor, nele principiando e acabando a beleza e a utilidade do estabelecimento”.

Está mais do que provado que a maioria dos males de nossa vida administrativa decorrem da excessiva centralização, geradora da irresponsabilidade e da impunidade. Quanto mais responsáveis, mais moralizadas as administrações, e, justamente o que a descentralização produz é a maior responsabilidade na periferia.

Acredita a Congregação do Colégio Pedro II que, ao formular a sua aspiração antiga pela autonomia, estava sincera e lealmente, como sempre agiu com os governos, cooperando para resolver melhormente um problema que é seu, mas que também o é da sociedade de que faz parte.

E mesmo com o risco de cair na posição incômoda de não ser compreendida pelos governantes, não esmorecerá na luta pela sua conquista, declarando-o alto e bom som para não fugir das imposições nobilitadoras da honra. Ela sabe melhor do que ninguém que há erros, e onde êles estão. Não dispõe, todavia, de meios hábeis para erradicá-los satisfatoriamente. É demasiado grande o pêso que lhe caiu às costas, e sente que é seu dever fazer a advertência, porque o seu silêncio significaria uma cumplicidade que provocaria um doloroso espanto no futuro, definindo do pior modo a fisionomia da atual geração responsável pela sua guarda.

Uma administração autônoma, e, portanto, mais responsável, teria maiores recursos, e mais diretos e imediatos, para agir com mais presteza dentro da organização, utilizando os elementos disponíveis nas tarefas mais adequadas, lançando mão, pois, melhor das reservas, porque fazem melhor aqueles que fazem as coisas com gôsto. A autonomia dá o direito aos

dirigentes de atuarem sem rigidez, de acôrdo com as necessidades e disponibilidades internas, e não de conformidade com regulamentações genéricas e anacrônicas, feitas para outro tempo e lugar.

Grande parte de nossa crise advém justamente da legislação anacrônica e absurda, centralista e irresponsabilizante, que manietta e exaure qualquer administrador educacional atualmente no Brasil. Legislação feita segundo o espírito ditatorial e fascista e que não mais atende aos interêsses e finalidades da educação hodierna. Legislação que, inclusive, desce a pormenores cabíveis em regulamentos, o que torna o administrador educacional um mero executor de portarias.

Ao admitir a crise por que passa o Colégio Pedro II, e ao apontar algumas de suas causas internas e externas, não quero trair a menor sombra de descrença no seu futuro e na sua capacidade de adaptação às novas realidades sociais. As reservas de vida de uma instituição de tal porte são inesgotáveis. Passam os homens, ela fica, domina as intempéries, vence os próprios defeitos, esquece os seus detratores, e penetra tranquilamente o futuro. É como êsses anciãos ilustres que passam pela rua, alvo dos apupos de alguns moleques que desconhecem o dever do respeito.

Muitos dos defeitos do Colégio são próprios da condição humana, outros sintonizam-se com os da mentalidade brasileira. Apesar de tudo, o Brasil já melhorou bastante. Há um vezo muito comum entre nós de comparar a nossa com a atual situação dos países europeus. Ora, não há maior anacronismo. O Brasil tem quatro séculos, com 70 anos praticamente de vida autônoma, pois o Império foi apenas uma fachada de independência, frustrada pelo domínio financeiro da antiga Metrópole através da classe dirigente e da oligarquia financeira. Foi a República, com a sua capacidade de fazer Brasil dentro do Brasil, na feliz expressão de Gilberto Amado, que tornou verdadeiramente autônomo o nosso país, distanciando mentalmente cada vez mais o Brasil de Portugal.

Descontada a era republicana, que Deus conduza para os seus grandes destinos, resta uma situação colonial baseada na escravidão. Dêsse hibridismo degradante, responsável pela *razzia* de nossas riquezas naturais, pelo espírito de rapina, pela violência como forma de governo, pelo roubo generalizado que o padre Vieira tanto estigmatizou, pela ignorância como meio de domínio, pela repressão a toda tentativa de progresso intelectual, pela proibição da imprensa, da escola superior, da entra-

da franca de livros, pela improvisação como norma geral da vida, ficaram em nossa alma numerosas vivências ainda hoje encontradiças. Mas o que admira é que, a despeito de tal jugo, conseguissem os brasileiros o que realizaram — a unidade de uma pátria territorialmente gigantesca, fabulosamente rica e confiante no seu progresso e no seu desenvolvimento. Pois êsse desenvolvimento é uma realidade, a todos nós devida. Sim, a todos nós, sem distinção de classes nem regiões, todos os que labutamos nas fábricas, nas oficinas, nos campos, nos laboratórios, nos escritórios, nas cátedras, nos jornais, nos hospitais, nos livros, nos parlamentos, nas repartições, nos governos, nos mares, em terra, nos ares. Podemos, hoje, olhar com orgulho o que fizemos, e dizer bem alto, para que todos o ouçam : *nós o fizemos*. E o fizemos contra tudo, contra uma natureza dura e hostil, contra os que se permitiam ser os donos da terra, contra os exploradores antigos e modernos. Só devemos a nós mesmos o termos conseguido. Vamos para a frente, confiantes no futuro, porque o passado nos dá fé.

Que tal a Inglaterra com três séculos de vida ? Que tal a Inglaterra, hoje de certo o país mais bem organizado do mundo, que tal durante o Renascimento, que foi por outro lado, um dos seus períodos de maior fastígio ? Tinha

unidade política, independência, sem haver sofrido colonização externa no sentido em que a tivemos, e, no entanto, era dominada pela pirataria marítima e terrestre associada ao trono, tinha as suas estradas infestadas de ladrões e salteadores, com a vida política explorada por uma aristocracia sanguinária, os seus barões se entre-devorando e devorando os filhos dos monarcas, que às vezes coincidiam ser seus próprios sobrinhos. E êsses hábitos pouco civilizados perduraram ainda muito tempo, anos, séculos, apenas transferindo o alvo de seus instintos predatórios para os representantes humanos das regiões de além-mar, aos quais passaram a levar a palavra da civilização branca envolvendo balas dundun em fôlhas de bíblia.

Nós há muito pusemos um termo a diversas formas de barbarismo. Já acabamos o cangaço, embora muitos de seus representantes se hajam mudado, com sua volúpia sanguinária, para a profissão de motorista de ônibus e lotação no Rio de Janeiro. Não mais ocorrem, como era comum até na capital da República, os atentados e empastelamentos de redações de jornais, inclusive por oficiais de nossas fôrças armadas. Há liberdade de imprensa, direito de organização sindical, defesa de classes e garantia de direitos individuais. Há um espírito geral de liberdade e democracia, como em bem poucos países do mundo, além

de uma prosperidade que faz inveja a muito europeu, hoje acostumado a um regime rigoroso de vida apertada. Sou de uma geração que ainda comeu e calçou produtos importados. Não medra entre nós a menor sombra de discriminação racial ou religiosa, e as perseguições a minorias são fenômenos que não conhecemos graças a Deus. Já ouvimos de muito europeu recém-chegado : o Brasil, sim, é que é um país onde se pode viver com felicidade.

Não digamos isso para justificar uma atitude de ufanismo lírico destinado a encobrir muita mazela que ainda existe ou para iludir-nos acêrca das numerosas deficiências que nos assoberbam. Apontamos as vantagens conseguidas para ganhar fôrça e reforçar a coragem de ver com lucidez o muito que nos falta fazer. Não nos devemos, contudo, apavorar e perder a cabeça. Ninguém é proprietário do patriotismo, e o patriotismo dos alucinados e dos furiosos pode acarretar tanto prejuízo, ou mais talvez, do que a chaga dos malfeitores e dos corruptos. A virtude proclamada pode disfarçar muito falso austero. A moralidade ou é espontânea e natural ou de nada vale, porquanto mais cedo ou mais tarde ela se esboroa quando criada pela fôrça e mantida pelo terrorismo. A demagogia do moralismo é um farisaísmo, o defeito de uma qualidade.

A propósito, vale referir uma palavra de Euclides da Cunha, quando, em 1894, estava o país tomado de uma onda de terror, os grupos monárquico e republicano procurando cada qual destruir o outro na fúria por impor a sua verdade, o seu patriotismo. Disse Euclides, com a visão dos homens de gênio, verberando o proceder de seus correligionários republicanos : “Não sei que modalidades deve assumir a minha linguagem para fazer compreender aos que comigo lutam pela mesma causa, com sentimentos diversos, que também condeno inexoravelmente a turba-multa perigosa que irrompe atualmente de tôdas as sociedades, planeando o mais condenável ataque a todo o capital humano, e tentando macular, cobrir com uma fumarada de incêndio o vasto deslumbramento do nosso século. Por isso mesmo que os condeno, é que entendo que êles devem cair esmagados pela reação de tôdas as classes; mas por isso mesmo que odeio os seus meios de ação repilo-os, entendendo que a reação pode perfeitamente, com maior intensidade, definir a fôrça vingadora das leis. É necessário que tenhamos a *postura corretíssima dos fortes* ! Não é invadindo prisões que se castigam criminosos. Nada mais falível e relativo do que esta justiça humana condecorada pela metafísica com o qualificativo de absoluta”. Palavras admiráveis de clarividência a

nos fazer refletir porque partidas de um que se alcandorou à culminância dos numes tutelares de nossa pátria, dando maior corpo à nossa substância de brasilidade.

Uma casa de ensino só pode acreditar numa variedade de reforma e correção de costumes : a educação. É por intermédio da educação que se criam as consciências e se corrigem as consciências. É pela educação, não pelo terrorismo, que um país se civiliza, máxime um país em que, como disse Rui Barbosa, os miasmas da escravidão corromperam homens, costumes, instituições.

A educação cria a consciência civil, a consciência universitária, a consciência profissional. Quem possui consciência profissional, ou consciência universitária, ou consciência cívica, não praticará, com a naturalidade dos tranqüilos, atos atentatórios dessas e de quaisquer outras formas de consciência. Muita coisa que se fazia até bem pouco, entre nós, não mais se pratica em virtude justamente do progresso inegável, apesar dos pesares, da educação brasileira, e da sua difusão por cada vez mais vastas camadas da população. É a educação que ensina um bruto ou uma criança a abrir uma janela ou uma gaveta com suavidade, sem violência, tanto quanto prepara os ho-

mens para as funções públicas ou ensina-lhes a lançar foguetes interplanetários. A unificação, a identidade entre as casas de ensino e o progresso material e moral dos povos é hoje um dado de observação corrente. Foi a universidade que venceu a última guerra, e é nas universidades que se está moldando a fisionomia do mundo de amanhã. É de seus laboratórios tecnológicos e de suas bibliotecas e centros de pesquisa que estão derivando o progresso, o conforto e a felicidade do homem moderno. Aí está o exemplo de Israel, em que uma nação surge das areias do deserto, graças ao espírito científico e ao trabalho de seus laboratórios e universidades, mas que soube não perder a calma, pois a força de vontade não exclui a serenidade.

Para que a educação funcione é mister, contudo, que se disponha de um bom sistema pedagógico e o nosso está mais do que falido. Criado segundo o espírito fascista, vem resistindo por vários fatores, a despeito de condenado pela prática dos mestres e pelo pensamento dos nossos mais autorizados educadores. Há quinze anos tentam os líderes educacionais arrancar dos poderes governamentais uma reforma condizente com as necessidades democráticas da atualidade e as condições do país. Baldados têm sido êsses esforços, por

mais agitada haja sido a campanha da opinião especializada, a que os responsáveis têm feito ouvidos moucos, pois os aspectos culturais são os que menos interessam aos governos. Aí está o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, feliz no nascedouro, bem criado e mal fadado, conspurcada e perdida a pureza técnica para atender aos reclamos inconfessáveis da politicália partidária, e, sobretudo, para corresponder aos interesses privatistas, que sempre constituíram uma das desgraças do Brasil.

É necessário que prossiga o diálogo outrora fecundo entre o poder privado e o poder público na educação. Os serviços prestados à causa nacional por ambos os tipos de entidade — o colégio público e o colégio particular — foram os mais relevantes, e será difícil uma avaliação de qual o mais prestante.

Assistimos, todavia, nesta hora a uma polémica sem tréguas entre os partidários da escola pública e os da escola particular. É possível que se deva ao calor do debate os exageros e o exclusivismo de certos pontos de vista.

O Colégio Pedro II é a maior instituição de ensino público secundário do país, e deve ser por isso uma de suas mais aguerridas fortalezas. E é em nome dessa condição de órgão mais que centenário de educação pública ten-

do formado muitos milhares de representantes e filhos da família brasileira, que lanço o meu protesto contra a tese de que o ensino particular é que fala pelos legítimos interesses da família. Porque? Nosso educandário é também um pedaço da família brasileira, um pedaço da pátria brasileira, e não serão as inúmeras quitandas e facilitários de diploma que lhe virão pedir meças em questão de patriotismo.

É uma desgraça, isto sim, que cêrca de 80 % da verba pública de educação sejam dilapidados como atualmente em favorecer, sob a forma de subvenções minguadas, as escolas particulares, impedindo o Estado de exercer o seu mister constitucional, enquanto o Colégio Pedro II espera anos a fio que as suas instalações miseráveis despertem a comiseração das autoridades ou afinal o repúdio do fogo.

O que seria justo era que se deixasse o ensino particular livre de viver à própria custa, sem o contrôle do Estado, em ordem a permitir a aplicação total dos recursos financeiros auferidos pelos impostos numa vasta rede de escolas públicas. O dinheiro público para a escola pública, e o particular para a escola particular. Viveriam, assim, lado a lado o Estado e o poder privado cada qual cumprindo a seu

modo a missão que uma sociedade democrática e pluralista como a nossa exige e paga. Quanto à educação pública, só ela pode ministrar o ensino para todos, sem privilégios e discriminações de raça, credo ou casta, tal como se exerce aqui neste Colégio desde os seus primórdios.

Repito o que já disse noutra oportunidade: “Não há, portanto, por que pretender confundir educação pública e privada. São duas faces do mesmo esforço em prol da educação juvenil. Ao Estado compete a educação pública, mercê dos recursos que lhe facultam as leis para êsse objetivo específico. Ao poder privado, a educação particular, como um direito também legal, mas com os recursos próprios oriundos da contribuição privada. Pretender o poder privado retirar do Estado os recursos para manter-se é uma contrafação, senão uma negociata, e cumpre ao Estado defender-se para assegurar a sua independência, que reside na equidistância dos grupos religiosos, raciais ou econômicos. E defender o Estado nesse desiderato não é ser comunista”.

Para gáudio nosso, e daqui lanço o meu modesto aplauso, a Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara deu um magnífico exemplo ao consagrar por maioria absoluta a idéia

de empregar o dinheiro público exclusivamente na escola pública. É um passo memorável na luta contra a sutil e subreptícia penetração do privatismo na direção oficial do ensino, que se vem dando de alguns anos a esta parte.

\* \* \*

Neste momento, o Brasil está numa das mais importantes e difíceis encruzilhadas de sua história. É que somente agora se vem integrando no processo histórico universal, ou, mais particularmente, ocidental, em que um tipo de sociedade nova se cria, a civilização industrial. Com mais de um século de atraso, a mudança que se opera não podia deixar de produzir abalos profundos em sua estrutura social, envolvendo não apenas os aspectos materiais da civilização, — e êstes, diga-se de passagem, para melhor, — mas o regime de relações de classe e trabalho, de produção e consumo, de vida econômica e financeira, senão também os aspectos intelectuais, espirituais e a moralidade privada e pública. Todos os países que anteriormente passaram pela transformação aludida sofreram o impacto com iguais conseqüências sobre a normalidade da vida. Não há que desesperar portanto. Aí estão os estudos de Toynbee mostrando como as mudanças de civilizações ou épocas históricas, a despeito de darem a impressão de que o mundo vai aca-

bar, como no ano mil, nem sempre têm efeito catastrófico, delas a humanidade saindo sem lesão no seu patrimônio acumulado.

Os grandes centros científicos do mundo estão preocupados em estudar o processo de criação da civilização industrial, a fim de prevenir as más consequências de seu desenrolar arbitrário se for abandonado a si mesmo. Procura-se conhecê-lo para orientá-lo em benefício do homem. Assim, é exemplo magnífico desses estudos os que vêm sendo procedidos pelo "Inter-University Study of Labor Problems in Economic Development", organização criada em 1954 por grandes economistas para investigar o fator humano no processo de desenvolvimento econômico. As pesquisas feitas incluem 35 países até agora, e 78 especialistas, já tendo sido publicados numerosos trabalhos. O sumário dos estudos foi há pouco reunido no volume *Industrialism and Industrial Man* ("O Industrialismo e o Homem Industrial"), no qual o objetivismo científico mais rigoroso focaliza a sua análise sobre o problema com o propósito de afastá-lo da área do impressionismo, da intuição ou do profetismo.

Segundo os autores do estudo, o processo de industrialização conduz a uma variedade de civilização de características próprias, graças

ao trabalho de cinco tipos de elites, responsáveis por cinco estilos diferentes de concepção e ação: a elite dinástica, a classe média, os intelectuais revolucionários, os administradores coloniais e os líderes nacionalistas. Em diversas partes do mundo, êsses tipos de elite atuam ora isolados ora conjugadamente para levar as respectivas sociedades do estágio agrário ou subdesenvolvido para o industrial, à custa de um processo dinâmico, implacável e irreversível. De fato, a industrialização, como salientam os autores do volume, afeta a sociedade inteira: muda o sistema familiar — da família extensa ou colateral para a família nuclear ou conjugal; mudam as estruturas de classe de rígidas para flexíveis, de fechadas para abertas; mudam as relações entre trabalhador e empregador; mudam valores éticos e religiosos em relação ao trabalho, à economia e à satisfação de desejos materiais e em relação à inovação, à mudança e à utilização da tecnologia moderna; mudam os conceitos jurídicos e legais nas relações entre operário e empregador; muda o conceito de estado-nação, que perde o controle absoluto que tinha sobre os diversos grupos sociais.

Entre nós, por um processo misto e conciliatório entre alguns dêsses tipos de elite, estamos saindo da sociedade agrária e feudal para

um regime de classe média, mas ainda sem alcançar o objetivo em virtude da oposição interessada e reacionária da classe aristocrática tradicionalmente dirigente. (\*)

De qualquer modo, o futuro do Brasil como nação entrosada no sistema moderno da civilização industrial depende da criação de um quadro dirigente caracterizado pela eficiência intelectual e técnica, que o moderno humanismo integral propicia pela conciliação das ciências e das humanidades. A velha aristocracia puramente intelectual, baseada nas humanidades e no espírito jurídico, está superada pelos acontecimentos. Urge a criação das novas elites à altura do progresso e das necessidades tecnológicas da era industrial, uma elite em que os técnicos e homens de ciência se dêem as mãos com os sábios e artistas para a perpetuação de um Brasil novo, bom e feliz, como sonharam os nossos maiores.

---

Entrementes, não nos devemos espantar se há algo a reformar. Não nos apavoremos ante uma crise transitória nem nos assustemos pelas críticas justas ou injustas. O Colégio Pe-

---

(\*) O resumo acima é feito sobre um trabalho dactilografado de Anísio Teixeira.

dro II não se sente atingido, na altura em que está situado, com a lama que salta da sargeta. Não nos desanimem as desordens havidas e outras. Já Bernardo Pereira de Vasconcelos, da tribuna do Senado, defendendo anos depois de fundado o dêle e nosso Colégio, proclamava: “Os mais bem administrados colégios e que vivem há séculos sofrem êstes choques, a cousa está em saber atalhar o progresso dos males”.

Agora, êle sofre do mal do gigantismo. Com dez mil alunos e centenas de professôres, qualquer sistema administrativo entra em colapso.

Urge uma reforma, que o adapte às condições atuais da sociedade, mas respeitando as linhas mestras de sua tradição. E não nos esqueçamos, de que há algo acima de qualquer disputa, a regra de ouro que nos foi legada pelo nosso fundador e que está gravada nas almas e corações de todos os que aqui mourejam, porque a recebemos no ar que aqui respiramos: “O necessário hábito de mandar sem despotismo e obedecer sem servilismo”, e na palavra de Euclides, “com a postura corretíssima dos fortes”!

COLÉGIO PEDRO II



LADAH

Laboratório de Digitalização  
do Acervo Histórico

Impresso nas Oficinas Gráficas do  
Colégio Pedro II — Internato — 1961



LADAH

Laboratório de Digitalização  
do Acervo Histórico